



Campanha Salarial: Sindvigilantes/BA vai à Justiça e garante data-base



Em Assembleia realizada na sexta-feira (23), categoria aprovou Greve Geral

A Desembargadora Maria de Lourdes Linhares Lima de Oliveira, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região – TRT5, acatou o pedido formulado pelos Sindicatos que representam os vigilantes no estado da Bahia (Sindvigilantes, Sindmetropolitano e SVItabuna) e “DEFERIU O PEDIDO PARA RESGUARDAR 1º DE FEVEREIRO COMO DATA-BASE DA CATEGORIA”. O processo tem o nº 0000082.41.2018.5.05.0000 e seu andamento pode ser consultado no site do TRT.

Esta é, sem dúvida, uma grande vitória da categoria diante da arrogância patronal e da sua tentativa de limar nossas conquistas. Lembrando que logo na primeira rodada de negociação, realizada no dia 1º/02/2018, os patrões se negaram a garantir a data-base e

as conquistas da convenção encerrada no dia 31 de janeiro (veja Ata no site do Sindicato). A jogada do patrão é empurrar a negociação, negar a retroatividade de todas as cláusulas a 1º de fevereiro e aplicar a reforma, roubando nossas conquistas e direitos.

Esta decisão também é simbólica, pois é uma das primeiras da Justiça do Trabalho na Bahia sobre o tema após a vigência da famigerada reforma trabalhista/roubo de direitos.

Os Sindicatos cumprem, assim, com a sua responsabilidade e compromisso de zelar pelos interesses dos vigilantes e enfrentar o patronato com firmeza, coragem e inteligência.

Para esta quarta-feira, 28, está prevista a 5ª rodada de negociação.

Nas assembleias a categoria já aprovou: A GREVE VEM AÍ.

Estamos em Assembleia Geral permanente. Aguardem novas convocações.

Sem luta não há conquistas!

Fonte: Sindvigilantes-BA

Campanha Salarial: Greve dos vigilantes do RN dá lição de coragem e disposição de luta

Postos de vigilância de bancos, hospitais, entre outros locais de trabalho, continuaram paralisados em mais um dia de greve.



Categoria realizou manifestações em frente a banco e nas ruas. Atividade continua nesta quarta-feira (28)

Nesta terça-feira (27/02) os vigilantes patrimoniais do RN deram mais uma lição de coragem e disposição de luta. Revoltados com tantos ataques por parte dos patrões, os(as) trabalhadores(as) voltaram a ocupar a avenida Rio Branco, no centro de Natal, e deixaram bem claro que não se rendem a nenhum tipo de ameaça.

Nada vai proibir nosso coro a gritar: Nenhum direito a menos!

Além das mentiras propagadas pela mídia, os empresários da segurança cometem todo tipo de abuso, como no caso da Interforte, que está contratando vigilantes temporários para substituir os trabalhadores que estão em greve. Por essas e outras é que o nosso movimento deve continuar mais forte a cada dia. Não podemos nos deixar abater pelos truques mal-intencionados dos empresários e seus aliados poderosos.

Não adianta tentar dividir e calar os trabalhadores com atitudes arbitrárias e antisindicaais. Não são medidas abusivas que vão parar a greve dos vigilantes. Os trabalhadores não vão calar, muito menos deixar a luta de lado. O nosso sindicato, juntamente com a categoria, vai continuar a batalha para garantir todas as conquistas que são frutos das lutas históricas da classe trabalhadora.

Por isso, é necessário fortalecer a nossa união para barrar a redução de salário e a retirada dos nossos direitos da Convenção Coletiva de Trabalho. O SINDSEGUR está cumprindo o seu papel enquanto representante fiel dos trabalhadores, agora, cabe aqueles(as) que ainda estão nos postos de trabalho aderirem à greve para engrossar essa luta. Só assim podemos garantir que a nossa greve seja vitoriosa.

Nesta quarta-feira, dia 28 a partir das 6h, todos(as) em frente ao Banco do Brasil da avenida Rio Branco para mostrar aos patrões que a nossa greve continua firme e forte. Em seguida, às 9 horas, tem um grande ato em frente ao Banco do Brasil da avenida Prudente de Moraes, entre as avenidas Alexandrino de Alencar e Bernardo Vieira. Vamos à luta!

Fonte: Sindsegur-RN

Suspeito rende vigilante, veste uniforme de segurança e tenta arrombar caixa em RO

Vigilante foi ameaçado com arma de fogo, foi despido e ficou amarrado em um banheiro. Ninguém foi preso até o momento e o caixa está interdito.

Três homens tentaram explodir um caixa eletrônico que funciona na recepção de um hospital público em Cacoal (RO), a 480 quilômetros de Porto Velho, nesta terça-feira (27). Segundo registro policial, o crime ocorreu após o vigilante do local ser rendido por um dos assaltantes. Para disfarçar o roubo, o primeiro suspeito vestiu o uniforme do vigilante, chamou os outros dois comparsas e tentaram abrir o cofre. Como não conseguiram, os homens fugiram.

A recepção do hospital onde o caixa está instalado não realiza atendimento ao público durante a noite, portanto não havia fluxo de pessoas naquele horário.

Segundo o vigilante relatou aos policiais militares, ele estava no posto de atuação, na frente ao hospital, quando foi surpreendido por uma pessoa que chegou a pé, com o rosto coberto por uma camiseta de cor amarela.

Armado com uma pistola, o suspeito rendeu o vigilante e o levou para dentro de um banheiro. No local tirou todo o uniforme do homem e amarrou as mãos da vítima em um apoio de ferro.

O vigilante relatou ainda que observou o suspeito vestindo o uniforme da empresa de vigilância e realizando uma ligação pelo celular. Após alguns minutos, outras duas pessoas chegaram ao local e estacionaram o carro que utilizavam próximo da repartição destinada ao

caixa eletrônico.

Logo depois, o vigilante relatou ter ouvido um barulho alto, que parecia ter saído do local onde estava o caixa, como se algo estivesse sendo serrado. Cerca de 20 minutos depois, os infratores fugiram do local levando a chave da porta frontal do hospital, o aparelho celular e o uniforme do vigilante.

Após alguns minutos, o vigilante se soltou e ligou para a polícia. Várias viaturas fizeram diligências na tentativa de localizar o suspeito, mas não conseguiram. Pela parte externa os policiais conseguiram observar que os suspeitos tentaram abrir o caixa. Duas garrafas plásticas com um líquido transparente foram deixadas por eles em frente ao caixa.

A perícia técnica esteve no local e constatou previamente que o caixa eletrônico não foi violado, acreditando portanto, que nenhum valor financeiro tenha sido levado.

Nenhum suspeito de render o vigilante e tentar arrombar o caixa foi preso. A ocorrência de roubo com restrição de liberdade foi registrada na Delegacia de Polícia Civil de Cacoal, que investiga o caso.

Centrais expõem ao novo presidente do TST críticas à reforma trabalhista



Dirigentes de centrais e outras entidades veem no novo presidente da Corte trabalhista mais chance de diálogo

No primeiro dia após a posse na presidência do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nesta terça-feira (27), o ministro João Batista Brito Pereira recebeu representantes de centrais, confederações, federações e sindicatos. Os dirigentes entregaram documento em que mostram sua insatisfação com a Lei 13.467, de “reforma” da legislação trabalhista, e esperam que a nova gestão esteja mais aberta ao diálogo que a anterior.

O secretário de Assuntos Jurídicos da CUT, Valeir Ertle, viu no encontro “um sinal positivo de abertura de diálogo, uma porta que havia sido fechada para o movimento sindical pelo ex-presidente do Tribunal Ives Gandra”. O antecessor de Brito Pereira é criticado pelos sindicalistas por seu posicionamento pró-reforma e, segundo eles, favorável aos empresários.

No encontro, Brito Pereira lembrou que uma comissão interna do TST vai discutir a adaptação das normas da Casa à nova lei. “Ele nos garantiu que a jurisprudência da Corte será alterada progressivamente e ressaltou a importância de a comissão especial promover uma audiência pública para os ministros ouvirem de maneira ampla todos os interessados”, disse Valeir.

“Ele se comprometeu com a vontade da maioria dos ministros, disse que vai realizar várias audiências públicas para debater a revisão da nova lei trabalhista e ainda acrescentou que acha que a

jurisprudência tem de ser construída de baixo para cima, e não o contrário, como pensava Gandra”, acrescentou o dirigente da CUT.

O presidente da CTB, Adilson Araújo, observou que várias ações diretas de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) questionam a lei que entrou em vigor em 11 de novembro. “Vamos resistir a essa falsa modernização das relações de trabalho, onde os patrões defendem uma agenda regressiva para reduzir o custo da mão de obra e rebaixar direitos duramente conquistados”, afirmou o dirigente.

“Sentimos que ele (Brito) não irá se curvar a imposições da nova lei. A disposição ao debate amplo e ao diálogo com o movimento sindical ficou clara. Tanto que esse foi seu primeiro ato após a posse”, lembrou o 1º secretário da Força Sindical, Sérgio Luiz Leite, o Serginho. “O presidente Brito assegurou que a Corte quer ouvir os trabalhadores na questão das jurisprudências e fazer uma discussão mais aprofundada.”

“As portas do Tribunal estarão sempre abertas para o diálogo, seja com as entidades de representação profissional, seja com a classe empresarial”, afirmou o novo presidente. “Somos um colegiado, e vou levar as ideias apresentadas nesse encontro aos demais ministros.”

Fonte: Rede Brasil Atual

STJ julga recurso da defesa de Lula na quinta-feira

Quinta Turma da Corte Superior, composta por cinco ministros, vai analisar o mérito final da apelação

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) julga na quinta-feira (10) recurso apresentado pela defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva após a condenação em segunda instância, em 24 de janeiro pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Na ocasião, os desembargadores confirmaram a sentença do juiz Sergio Moro, de Curitiba, na ação penal envolvendo o caso do triplex em Guarujá (SP).

O vice-presidente do STJ, ministro Humberto Martins, responsável pelo plantão judicial em janeiro, negou liminar (mandado de segurança com pedido de decisão provisória) de habeas corpus preventivo. Agora, a 5ª Turma da Corte Superior, composta por cinco ministros, vai julgar o mérito da apelação.

Com o habeas corpus, a defesa do ex-presidente busca impedir preventivamente eventual pedido de prisão do ex-presidente, mesmo que um último recurso de Lula, um embargo de declaração, ainda esteja pendente de julgamento pelo TRF4.

A possibilidade de prisão para execução provisória da condenação de Lula ocorre em função do atual entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), estabelecido em 2016, que valida a prisão de condenados pela segunda instância da Justiça, mesmo ainda cabendo recursos a tribunais superiores.

O tema tem sido alvo de controvérsia no STF – última instância de recursos, após tramitação

pelo STJ. Parte dos ministros tem pressionando a presidenta da Corte, ministra Cármen Lúcia, para que pautar para julgamento em plenário duas ações da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que tratam do assunto.

O cenário é de impasse e especulações. Os ministros Rosa Weber, Ricardo Lewandowski, Marco Aurélio Mello e Celso de Mello seriam contra a execução imediata ou entendem que a prisão poderia ocorrer após decisão do STJ. Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia seriam a favor do cumprimento após a segunda instância. As posições de Gilmar Mendes e Dias Toffoli podem decidir a questão para um lado ou para outro.

Em parecer enviado ao STJ e assinado pelo subprocurador-geral da República Francisco de Assis Vieira Sanseverino, o Ministério Público Federal (MPF) defendeu a prisão de Lula logo após o julgamento de seu último recurso no TRF4. Ele seguiu entendimento da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que também manifestou esse posicionamento ao STF.

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Pricilla Abdelaziz

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF